

UM DEBATE TEÓRICO ENTRE A ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO E A NOVA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA MUNDIAL

Jales Dantas da Costa¹

Resumo

O debate teórico entre os campos da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) e da Nova Economia Política do Sistema Mundial (NEPSM) é o objetivo maior deste artigo. Apresentamos num primeiro momento a formulação teórica da EPSM nas perspectivas de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi (1), assim como a formulação da NEPSM proposta por José Luís Fiori (2). Estas apresentações tratam do arcabouço teórico assim como dos principais conceitos em que se baseiam as investigações dos processos mais gerais de formação e expansão do sistema mundial. Num segundo momento traçamos o debate teórico entre os campos da EPSM e da NEPSM nas perspectivas de Wallerstein, Arrighi e Fiori (3). Apontamos suas diferentes posições sobre a unidade espacial e temporal de estudo apropriada para análise da mudança social passada e presente (a), assim como sobre a dinâmica sistêmica (b) e o papel atribuído às hegemonias nesta dinâmica (c). Por fim, em breves considerações, voltamos uma vez mais apenas às proposições quanto à questão espacial e temporal para a análise histórica (4).

Palavras-chave: sistema mundial; sistema interestatal; estados-economias nacionais

1. Economia Política dos Sistemas-Mundo nas perspectivas de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi

A Economia Política dos Sistemas-Mundo surgiu em 1981 como uma seção da Associação Americana de Sociologia, por iniciativa dos pesquisadores interessados em institucionalizar o campo de pesquisa aberto por Immanuel Wallerstein em 1974, com o lançamento do primeiro volume da obra “*The Modern World System*”.

Wallerstein procurou nesta obra compreender a mudança social Moderna através da formação e expansão do Moderno Sistema Mundial. Estudou desde as origens e formação deste sistema, entre 1450 e 1640, até evoluções subseqüentes, passando por sua consolidação entre 1640 e 1815 e o momento em que se converte numa empresa global, entre 1815 e 1917. Em estudos posteriores estendeu a análise até a atualidade.

Para este historiador, os “sistemas sociais” são as unidades de estudo apropriadas para a análise do processo da mudança social. A característica básica de um sistema social real reside no “fato da vida em seu seio ser em grande medida auto-incluída, e que a dinâmica de seu

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da Universidade de Brasília.

desenvolvimento seja em grande medida interna”². Os únicos sistemas sociais presentes na história foram concebidos como “minisistemas” e “sistemas-mundo”. (Wallerstein, 1999, p.489,490)

Minisistemas representam “*economías relativamente pequeñas, altamente autónomas, de subsistencia, que no formen parte de ningún sistema que exija tributo regular*”. “*Entidades bastante pequeñas, tanto desde el punto de vista espacial como temporal*”. Já os sistemas-mundo são “*las entidades de gran escala y larga duración*”. “*Quedan definidos por el hecho de que su autoinclusión como entidades económico-materiales está basada en una división extensiva del trabajo, y de que contienen en su seno una multiplicidad de culturas*” (Wallerstein, 1998, p.251; 1999, p.490). Há ainda duas modalidades de sistemas-mundo: as “economias-mundo”³ e os “impérios-mundo”. Estes últimos caracterizariam-se por apresentar “*un único sistema político sobre la mayor parte del área, por más atenuado que pueda estar su control efectivo*”. Já nas economias-mundo “*tal sistema político único no existe sobre toda o virtualmente toda su extensión*”. (Wallerstein, 1999, p.490)

Wallerstein concebeu o mundo social como uma sucessão e coexistência de múltiplos sistemas sociais históricos. Ao sintetizar a relação entre minisistemas e sistemas-mundo elaborou breve panorama da história humana, desde seus primórdios até fins do século XIX. (1998, p.249)

Por volta do século X a.C até aproximadamente 1500 d.C existiu e coexistiu um número desconhecido de minisistemas, provavelmente um número muito grande, e um grande número contável de economias-mundo e impérios-mundo. Os minisistemas se expandiam até se estabelecerem como economias-mundo, que posteriormente podiam chegar a transformar-se em impérios-mundo⁴. Uma vez formados, os impérios-mundo tendiam com certa freqüência a absorver, trazer aos seus domínios, tanto minisistemas como economias-mundo vizinhas. Assim, neste longo período, a modalidade do império-mundo pareceu ser mais forte do que a modalidade da economia-mundo e dos minisistemas. Todas as modalidades possuíam limites espaciais e temporais. Os impérios-mundo duravam por volta de 500 anos. Sua expansão parecia sempre chegar a um ponto em que o poder da autoridade central era vencido por “forças” que desintegravam o sistema, e nos

² Wallerstein admite não poder quantificar o quão precisamente representa a “grande medida”. Afirma que “*probablemente nadie pueda hacerlo jamás, dado que la definición está basada en una hipótesis contrafáctica: si el sistema, por cualquier razón, quedara aislado de todas las fuerzas (lo que no ocurre virtualmente nunca), la definición implica que el sistema continuaría funcionando sustancialmente de la misma manera*”. (Wallerstein, 1999, p.490)

³ Sobre a expressão economia-mundo cabe dizer que foi inicialmente forjada pelo historiador francês Fernand Braudel, que nos alerta para diferença entre economia-mundo e economia mundial. Esta última “estende-se à terra inteira: representa (...) o mercado de todo o universo, o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado”. A economia-mundo, por sua vez, “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (Braudel, 1998, p.12).

⁴ Segundo Wallerstein (1999, p.22), houve uma série de tentativas frustradas neste sentido. China, Pérsia e Roma, ao contrário, foram casos de exemplos bem sucedidos.

vazios então criados surgiam novas economias-mundo e novos minissistemas. (Wallerstein, 1998, p.251,252)

Uma mudança estranha, ainda pouco explicada, ocorreu por volta de 1500. Wallerstein propõe a ocorrência da inversão de forças entre impérios-mundo e uma economia-mundo particular, a “economia-mundo européia”. Esta teria superado a fragilidade típica de sua modalidade, nenhuma economia-mundo durava muito no longo período anterior – em função do desenvolvimento de um “*método de producción capitalista*”⁵. Após sua consolidação, a economia-mundo européia passou a incorporar, graças à “*lógica de sus procesos internos*”, todos minissistemas e impérios-mundo então existentes, a tal ponto que em fins do século XIX havia um único sistema histórico na face da terra. O nascimento da economia-mundo européia em fins do século XV abriu as portas para a Modernidade inaugurando o “Moderno Sistema Mundial”.

Para Wallerstein, a peculiaridade deste sistema-mundo moderno, o sistema do “capitalismo histórico”, está na excepcionalidade de uma economia-mundo ter sobrevivido durante aproximadamente 500 anos e ainda sim ter resistido, durante todo esse período, ao intento de transformar-se em império-mundo. O segredo está no “*aspecto político de la forma de organización económica llamada capitalismo. El capitalismo ha sido capaz de florecer precisamente porque la economía-mundo contenía dentro de sus límites no uno, sino múltiples sistemas políticos*”⁶ (Wallerstein, 1999, p.491). Em outras palavras, “para que o capitalismo funcione como sistema, há que existir instituições políticas de um tipo que chamamos sistema de Estados (moderno)” (Wallerstein, 2002, p.10).

“[O sistema de Estados] não é algo que esteja separado da economia-mundo capitalista, com origens separadas, lógicas separadas e histórias separadas. Trata-se apenas de dois aspectos do sistema-mundo moderno – isto é, o sistema do capitalismo histórico – que é um sistema-mundo integrado. (...) o sistema de Estados e a economia mundial nasceram no mesmo momento, o que significa que, se tivessem origens separadas, seria uma incrível coincidência”. (Wallerstein, 2002, p.10)

A estrutura normativa⁷ que passou a reger o sistema de Estados nasceu por volta do século XVI, diferente da estrutura de qualquer sistema histórico previamente existente na história do mundo. Este sistema interestatal é formado por um conjunto de Estados soberanos com fronteiras claras, não havendo atualmente territórios habitáveis fora da jurisdição de algum Estado dentro destes Estados, e qualquer local determinado está sob a soberania de um único Estado. A soberania de cada Estado está na sua capacidade de tomar decisões legais e políticas no seu interior.

⁵ Wallerstein (1998, p.252) defende a tese de que tal método só pode se desenvolver no seio das economias-mundo.

⁶ Wallerstein defende a tese de que o capitalismo como sistema não poderia surgir no seio do império-mundo.

⁷ Uma estrutura normativa consta de um conjunto de normas, que apesar de serem “constantemente violadas” não significa que não sejam reais ou que não tenham importância. (Wallerstein, 2002, p.10)

Entretanto, ela é limitada pelo fato dos Estados não viverem de forma isolada, mas de conviverem uns com os outros em um sistema interestatal, que possui regras claras, apresentadas por meio de uma legislação internacional, não facilmente imposta dado à inexistência de um governo mundial. (Wallerstein, 2002, p.10)

Wallerstein (2002, p.13) ainda sustenta que o sistema-mundo moderno sempre esteve sujeito a que “forças poderosas” tentassem controlar todo o espaço do sistema e transformá-lo em um império-mundo.

“Desde o início do sistema-mundo moderno, nós tivemos três tentativas de transformar o sistema num império-mundo – a de Charles V, a de Napoleão e a de Hitler. Todas as três fracassaram, e o sistema capitalista sobreviveu. Todas as três tiveram como consequência o estabelecimento de uma potência hegemônica no sistema-mundo: as Províncias Unidas, o Reino Unido e os Estados Unidos”. (Wallerstein, 2002b, p.14)

Foi do esforço de barrar determinados Estados, aqueles que estavam buscando transformar o sistema-mundo moderno, a economia-mundo européia em expansão, em um império-mundial, que nasceram as chamadas “potências hegemônicas”: as Províncias Unidas em meados do século XVII, o Reino Unido em meados do século XIX e os Estados Unidos em meados do século XX. (Wallerstein, 2002b, p.34)

A hegemonia foi sempre um efeito de longos períodos de expansão competitiva, que resultou numa concentração de poder econômico e político em determinado Estado. A margem de superioridade econômica em todos os casos se deu inicialmente na produção, depois no comércio e por fim nas finanças, justamente por os Estados que aspiravam à hegemonia estarem investindo mais em tecnologia produtiva do que seus rivais, em particular, as “potências imperiais mundiais”, que vinham investindo mais em equipamento e pessoal militar. A consolidação das hegemonias ocorreu com o envolvimento de cada nação hegemônica numa “Guerra de Trinta Anos”⁸, durante a qual adquiriram supremacia militar. O próprio processo de guerra serviu para ampliar a vantagem econômica, e um acordo após-guerra entre as nações veio a consolidar e proteger do desgaste essa maior vantagem. (Wallerstein, 2002, p.14,15; Arrighi e Silver, 2001, p.33).

“Este acordo do após-guerra consiste em uma ou outra forma de “liberalismo global” que pretende impor “o princípio da livre circulação dos fatores produtivos (bens, capital e trabalho) por toda a economia mundial”. O liberalismo global atende à dupla finalidade de respaldar a dominação baseada na vantagem competitiva da potência hegemônica e “deslegitimar os esforços das outras máquinas estatais no sentido de agir contra a superioridade econômica da nação hegemônica”. Mas o liberalismo global também “gera seu próprio declínio”, pois torna mais difícil para a nação hegemônica adiar “a disseminação da capacidade tecnológica” entre as

⁸ A Guerra dos Trinta Anos de 1618 e 1648 consolidou a hegemonia holandesa; as Guerras Napoleônicas de 1792 e 1815 consolidaram a hegemonia britânica; e as longas guerras eurásianas de 1914 e 1945 consolidaram a hegemonia norte-americana. (Wallerstein, 1984 *apud* Arrighi e Silver, 2001, p.33)

nações rivais. Além disso, manter “a produção ininterrupta em uma dada época de máxima acumulação global” implica “a elevação furtiva da renda real das camadas trabalhadoras e dos quadros dirigentes situados na nação hegemônica”. Com o correr do tempo, essas duas tendências solapam a vantagem competitiva das empresas da nação hegemônica na produção, no comércio e, por fim, nas finanças. Com isso, o sistema retorna a um novo longo período de expansão competitiva, até que um outro Estado consiga conquistar a tríplice vantagem competitiva – na produção, no comércio e nas finanças...”. (Wallerstein, 1984, p.41,45 *apud* Arrighi e Silver, 2001, p.33)

A Figura 1 abaixo apresenta o modelo de ciclo hegemônico proposto por Wallerstein.

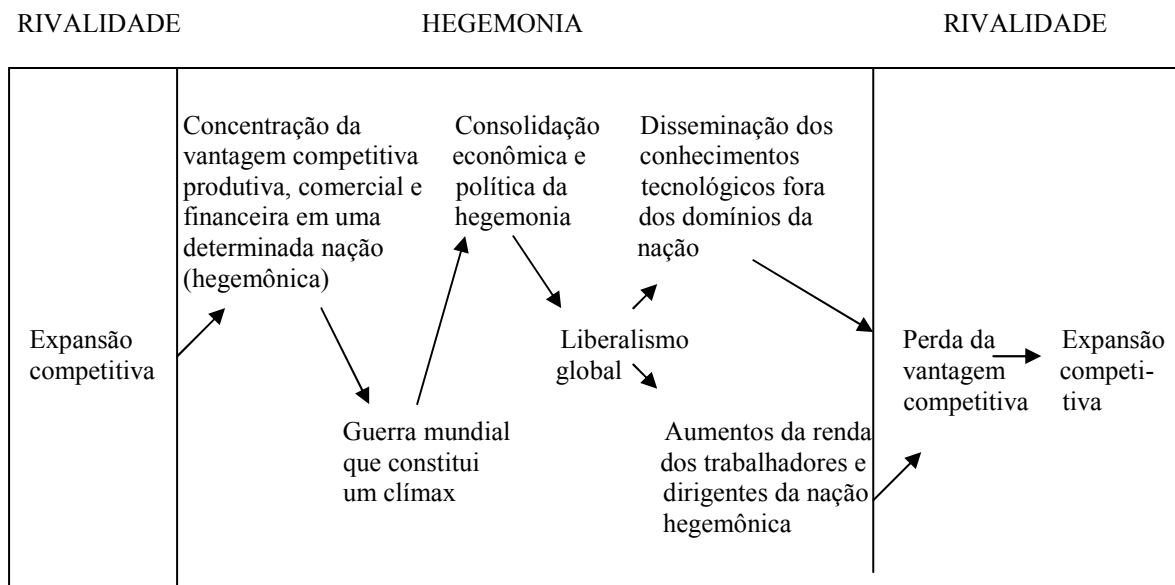


Figura 1. O ciclo hegemônico de Wallerstein (fonte: Arrighi e Silver, 2001, p.34)

Os ciclos hegemônicos tiveram duração entre 100 e 150 anos. As hegemônias foram relativamente breves, duraram em torno de 25 e 50 anos. Todas entraram num lento processo de declínio, pois mantê-las requeria concentrar-se cada vez mais em investimentos no setor militar, o que com o passar do tempo minou a competitividade econômica, a legitimidade política e a liderança ideológica. “Seu próprio sucesso cria as condições de sua extinção”. (Wallerstein, 2002, p.15; 2002b, p.68).

Seguindo os passos de Wallerstein, Giovanni Arrighi em “O longo século XX” se voltou ao estudo da criação do sistema de Estados nacionais e da formação do sistema capitalista mundial (1997, p.ix). Inicialmente, observou o processo de formação e expansão do sistema interestatal através de sucessivos ciclos hegemônicos. Posteriormente, observou a formação e expansão do capitalismo como sistema mundial através de sucessivos “ciclos sistêmicos de acumulação”.

As origens do sistema de Estados nacionais foram buscadas na formação do “subsistema de cidades-Estados capitalistas” no norte da Itália⁹, centrado nas cidades de Veneza, Florença, Gênova e Milão “antecipou em pelo menos dois séculos muitas das principais características do moderno sistema interestatal”, que emergiu em 1648 com o Tratado de Westfália¹⁰ (Arrighi, 1997, p.37).

Ao contrário de Wallerstein, Arrighi concebeu a expansão global desse novo sistema mundial de governo, o sistema de Westfália, através de “uma série de transições, no correr das quais o sistema, tal como previamente instituído, desarticulou-se, apenas para ser reconstituído em bases sociais mais amplas”. Coube às “hegemonias mundiais” holandesa, britânica e norte-americana conduzir as reconstruções do sistema interestatal.

“Sob a liderança holandesa, o sistema emergente de Estados europeus foi formalmente instituído pelos tratados de Westfália. Sob a liderança britânica, o sistema eurocêntrico de Estados soberanos avançou para uma dominação global. Sob a liderança norte-americana, o sistema perdeu seu eurocentrismo e ganhou mais alcance e penetração”. (Arrighi e Silver, 2001, p.32)

O conceito de hegemonia mundial desenvolvido por Arrighi teve por base a idéia de Antonio Gramsci de que

“a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos antagônicos, que ele tende a “liquidar” ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados. Um grupo social pode e, a rigor, já deve exercer a “liderança” antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para conquistar tal poder); posteriormente, ele se torna dominante ao exercer o poder, mas, ainda que o detenha firmemente nas mãos, também tem que continuar a “liderar”” (Gramsci, A., 1971, p.57-8 *apud* Arrighi, G., 1997, p.28).

A alegação de liderar a sociedade como um todo e de tal forma que esta liderança amplie o poder do grupo dominante, e isto não em um contexto nacional como faz Gramsci, mas num contexto internacional como propõe Arrighi, apresenta dois problemas: o primeiro é que quando se fala de liderança em nível internacional, o termo é usado para designar dois fenômenos bastante distintos; o segundo é por ser mais difícil definir um interesse geral em nível do sistema interestatal

⁹ Este subsistema foi, segundo Arrighi (1997, p.37), oriundo do “sistema medieval de governo”.

¹⁰ Com o Tratado de Westfália, “a idéia de uma autoridade ou organização acima dos Estados soberanos deixou de existir. O que veio tomar seu lugar foi à idéia de que todos os Estados compunham um sistema político mundial, ou pelo menos, de que os Estados da Europa Ocidental formavam um único sistema político. Esse novo sistema fundamentou-se no direito internacional e no equilíbrio de poder – um direito exercido entre os Estados, e não acima deles, e um poder atuante entre os Estados, e não acima deles”. (Gross, 1968, p.54,55 *apud* Arrighi, 1997, p.43)

do que em nível dos Estados nacionais considerados individualmente. (Arrighi, 1997; Arrighi e Silver, 2001)

Quanto ao primeiro problema, o termo liderança pode aparecer na situação em que determinado Estado dominante serve de “modelo” a ser seguido por outros Estados. Neste caso, num primeiro momento o Estado modelo aumenta o seu prestígio e poder, mas num momento posterior este poder é enfraquecido por conta do fortalecimento dos Estados que obtiveram algum sucesso no processo de imitação. Tal “liderança contra a vontade do líder” está para Arrighi “sempre presente nas situações hegemônicas, mas por si só não define uma situação como hegemônica”. Uma situação hegemônica só está presente nestes primeiros momentos, em que “uma nação dominante conduz o sistema de nações em uma direção desejada e, ao fazê-lo, é largamente percebida como buscando um interesse geral” (Arrighi e Silver, 2001, p.36).

Quanto ao segundo problema, o de situar um interesse geral em nível não dos Estados nacionais, mas em nível do sistema interestatal, deve-se levar em consideração que no plano dos Estados individualmente considerados, o aumento do poder do Estado perante outros Estados representa uma busca bem-sucedida de um “interesse nacional”. No entanto,

“o poder, nesse sentido, não pode aumentar para o sistema de Estados como um todo, por definição. Pode aumentar, é claro, para um grupo particular de nações à custa de outras, mas a hegemonia do líder desse grupo é, quando muito, “regional” ou de “coalizão”, e não uma verdadeira hegemonia mundial”. (Arrighi, 1997, p.29)

A emergência das hegemônias mundiais só ocorre

“quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles”. (Arrighi, 1997, p.29,30, grifo no original)

Segundo Arrighi, há duas condições para que um Estado pretensamente hegemônico atenda ao interesse geral no plano do sistema internacional:

“primeiro, os grupos dominantes desse Estado devem ter desenvolvido a capacidade de liderar o sistema em direção a novas formas de cooperação e divisão do trabalho interestatais que permitam às unidades do sistema romper com (...) a tendência de os Estados separados buscarem seu interesse nacional, sem levarem em conta os problemas de nível sistêmico que exigem soluções em nível sistêmico. Em suma, tem que haver uma “oferta” efetiva de capacidade de governabilidade mundial. Em segundo lugar, as soluções de nível sistêmico

oferecidas pela pretensa nação hegemônica devem endereçar-se a problemas de nível sistêmico que se tenham agravado a ponto de criar, entre os grupos dominantes emergentes ou vigentes do sistema, uma “demanda” profunda e amplamente sentida de gestão sistêmica. Quando estas condições de oferta e demanda são simultaneamente atendidas, a pretensa nação hegemônica pode desempenhar o papel de “sucedâneo do governo”, promovendo, organizando e administrando a expansão do poder coletivo dos grupos dominantes do sistema”. (Arrighi e Silver, 2001, p.37,38)

Os grupos dominantes emergentes ou vigentes do sistema carecem profundamente de gestão sistêmica nos períodos de “caos sistêmico”¹¹. Nestas situações qualquer Estado ou grupo de Estados que seja capaz de oferecer “governabilidade mundial” está apto a tornar-se mundialmente hegemônico. Os Estados que o fizeram (Holanda, Grã-bretanha e Estados unidos) reconstituíram o sistema em bases novas e mais amplas e re-estabeleceram certa medida de cooperação interestatal. A partir daí, seguiram-se períodos de “expansão sistêmica” promovida pelo Estado hegemônico, que conduziu o sistema para uma divisão do trabalho mais ampla ou mais profunda, apoiado (imitado) por outros Estados que mobilizavam energias e recursos nesse processo. Nestes períodos, as duas formas de liderança – a liderança contra a vontade do líder e a liderança hegemônica – conviviam sem minar a capacidade de expansão sistêmica. Com o passar do tempo, no entanto, estas formas de liderança sempre entraram em choque¹², conduzindo o sistema para um período de crise hegemônica (Arrighi, 1997; Arrighi e Silver, 2001).

As crises hegemônicas se caracterizam por três processos distintos e estreitamente relacionados: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; a escalada dos conflitos sociais; e o surgimento de novas configurações de poder. Nesta perspectiva, a forma e a relação entre estes processos não foram às mesmas nos diferentes períodos de crise hegemônica, e todos os processos se associaram ao fenômeno da “expansão financeira”. (Arrighi e Silver, 2001). A Figura 2 apresenta o ciclo hegemônico concebido por Arrighi.

¹¹ “O “caos” e o “caos sistêmico” (...) referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os organismos, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico”. (Arrighi, 1997, p.30)

¹² “Sempre há uma tensão entre essas duas tendências, porque uma divisão do trabalho e especialização das funções mais amplas e mais profundas envolve a cooperação entre as unidades do sistema, ao passo que a imitação baseia-se em sua competição mútua e a fomenta. A princípio, a imitação funciona em um contexto predominantemente cooperativo e, portanto, age como um motor da expansão. Mas a expansão aumenta (...) o número de unidades socialmente relevantes que interagem no sistema e o número, variedade e velocidade das transações que ligam as unidades entre si. Com o tempo, esse aumento do volume e da densidade dinâmica do sistema tende a intensificar a competição entre suas unidades para além da capacidade reguladora das instituições existentes. Quando isso acontece, a tirania das pequenas decisões leva a melhor, o poder do Estado hegemônico sofre uma deflação e se instaura uma crise de hegemonia”. (Arrighi e Silver, 2001, p.38)

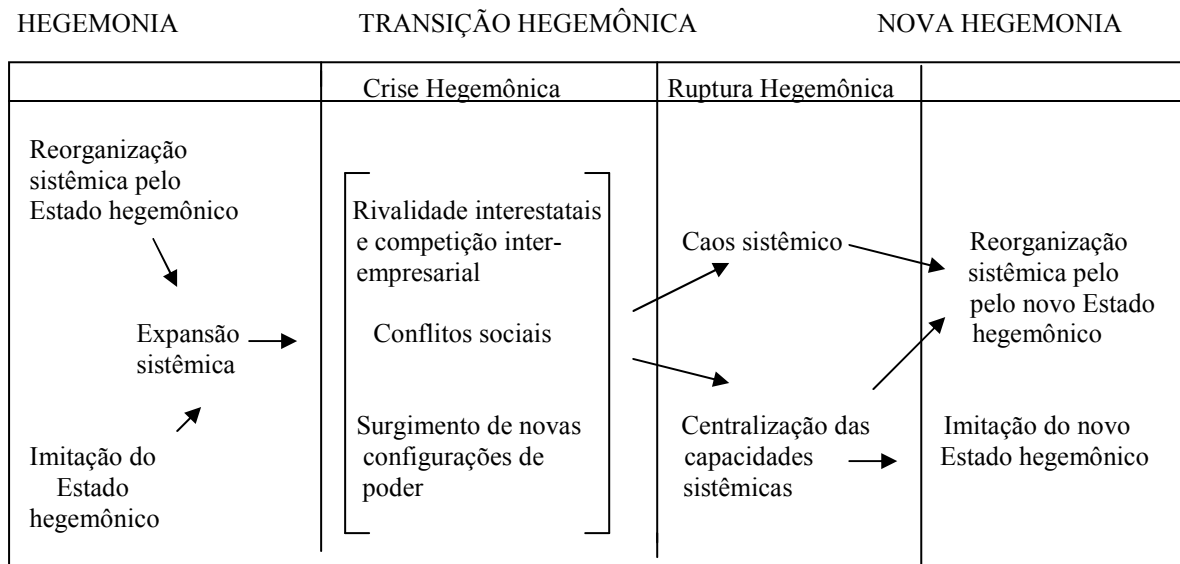


Figura 2. O ciclo hegemônico de Arrighi e do Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas (fonte: Arrighi e Silver, 2001, p.39)

Em “Civilização Material, Economia e Capitalismo” Fernand Braudel julgou o capital financeiro como um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Segundo Arrighi, foi Braudel quem primeiro observou que “toda vez que os lucros do comércio e da produção se acumulavam numa escala que ultrapassava os canais normais de investimento, o capitalismo financeiro ficava (...) em condições de assumir e dominar, pelo menos por algum tempo, todas as atividades do mundo dos negócios” (Braudel, 1984, p.604 *apud* Arrighi e Silver, 2001, p.40).

A idéia dos “ciclos sistêmicos de acumulação” como padrão do sistema mundial derivou da observação de Fernand Braudel “de que todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua “maturidade” ao chegar ao estágio de expansão financeira”. (Arrighi, 1997, p.6,88)

O padrão dos ciclos sistêmicos de acumulação foi apresentado como a alternância de uma fase de “expansão material” seguida por uma fase de expansão financeira.

“Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (...). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação”. (Arrighi, 1997, p.6).

Arrighi observou que as expansões financeiras sempre ocorreram em conjunto com uma intensificação da competição entre os Estados nacionais pelo capital circulante. As expansões financeiras apareceram como resultado de duas tendências complementares: a hiperacumulação de

capital e a intensa competição entre os Estados nacionais pelo capital circulante. (Arrighi e Silver, 2001)

“A ocorrência das expansões financeiras de Braudel, nos períodos de competição interestatal particularmente intensa pelo capital circulante, não é um mero acidente histórico. Trata-se, antes, do efeito de uma tendência dupla, gerada por expansões do comércio e da produção particularmente rápidas, amplas e lucrativas. Por um lado, quando a acumulação de capital é muito superior à que pode ser reinvestida com lucro nos canais estabelecidos de comércio e produção, as organizações e indivíduos capitalistas reagem a ela retendo em forma líquida uma proporção crescente de seus rendimentos. Essa tendência cria uma massa de liquidez excessivamente abundante, que pode ser mobilizada, diretamente ou através de intermediários, na especulação e na tomada e concessão de empréstimos. Por outro lado, as organizações territoriais [os Estados nacionais] reagem às restrições orçamentárias mais acentuadas, decorrentes da redução da expansão do comércio e da produção, competindo intensamente entre si pelo capital que se acumula nos mercados financeiros. Essa tendência acarreta redistribuições sistêmicas maciças da renda e da riqueza de todo tipo de comunidades para os agentes que controlam o capital circulante, com isso inflacionando e sustentando a lucratividade de negócios financeiros predominantemente divorciados do comércio e da produção de bens. Todas as expansões financeiras sistêmicas, passadas e presentes, são o resultado do desenvolvimento conjunto, ainda que desigual, dessas duas tendências complementares”. (Arrighi e Silver, 2001, p.40,41)

Arrighi (1997, p.88,89) também observou que até o presente as expansões financeiras anunciaram a “troca no alto comando da economia mundial capitalista e uma concomitante “revolução organizacional” nos processos de acumulação de capital”. “(...) em toda e qualquer expansão financeira, o capitalismo mundial reorganizou-se ainda mais fundamentalmente sob uma nova liderança. (...) elas foram um aspecto integrante das crises hegemônicas e da eventual transformação dessas crises em colapsos hegemônicos” (Arrighi e Silver, 2001, p.41).

2. Nova Economia Política do Sistema Mundial na perspectiva de José Luís Fiori

José Luís Fiori em artigo recente (2004) “Formação, expansão e limites do poder global” propôs que “a formulação de uma nova economia política do Sistema Mundial deve partir do “momento” lógico e histórico em que o “poder político” se encontra com o “mercado” e recorta as fronteiras dos primeiros “estados/economias” e “identidades/interesses” nacionais”” (2004, p.20).

No nascimento dos primeiros “estados-economias nacionais” é que a NEPSM observa às origens do sistema mundial. Remontam ao século XIII, momento em que “alguns núcleos imperiais” e “vários centros de poder” travavam batalhas entre si no espaço da economia-mundo européia¹³ para expandir seus poderes através da conquista de novos territórios, tendo por finalidade última a busca pela sobrevivência e pela paz.

¹³ Ao contrário de Immanuel Wallerstein, que propõe o nascimento da economia-mundo européia por volta do fim do século XV e início do século XVI, Fernand Braudel no último volume de sua trilogia “Civilização Material, Economia e

Durante os séculos XIII e XIV os “vários centros de poder e alguns “núcleos imperiais”, contíguos e competitivos, (...) acabaram se impondo aos demais (...) e acumulando o poder indispensável à criação dos estados nacionais, através de alianças e matrimônios, mas, sobretudo através da guerra”¹⁴ (2004, p.21,22). Em fins do século XIV nasce os primeiros estados nacionais como forma de resistência ao império espanhol¹⁵. E logo após este “nascimento coletivo”, Inglaterra, França e Holanda travaram entre si uma competição política e econômica que atravessou várias guerras¹⁶ e deu início à formação dos primeiros “estados/economias nacionais” (Fiori, 2004, p.34,35).

Durante os séculos XVII e XVIII, o estado inglês, como resposta defensiva e estratégica às ameaças da França e da Holanda, “nacionaliza” a atividade econômica existente dentro do espaço territorial do seu domínio político, transformando o seu “espaço político” num “espaço econômico, coerente e unificado”. Tempos depois, outros estados nacionais, agora com o objetivo de se defender da própria Inglaterra, já vitoriosa nos campos econômico e militar, seguem o mesmo caminho de “nacionalizar” suas atividades econômicas. (2004, p.20,33,35,36)

Este “novo sistema” herda as características fundamentais do “sistema anterior”, formado por cidades e por “unidades imperiais” menores do que os estados, ser competitivo e bélico. Assim, as guerras cumpriram o papel central não só durante o processo de formação e expansão dos poderes territoriais europeus, e da constituição das economias nacionais, elas também “seguiram sendo o motor fundamental deste [novo] sistema, sua verdadeira força expansiva e “integradora”, o seu instrumento preferencial de acumulação e centralização do poder político, nos séculos seguintes” (2004, p.24,35,41).

A dinâmica do sistema mundial envolveu relações entre poderes políticos e capitais privados em que ambos expandiram-se associados. Por um lado às economias nacionais se “globalizavam” e por outro os estados nacionais seguiam formando o “sistema político mundial”. Um processo em que poderes políticos na forma de estados nacionais, movidos por uma

Capitalismo” propõe a tese de que esta economia-mundo européia nasceu por volta do século XIII. Fiori se apóia na tese de Braudel em contraposição à tese de Wallerstein.

¹⁴ Esta tese foi defendida por Charles Tilly. “Foi à guerra que teceu a rede européia de estados nacionais, e a preparação para a guerra foi que obrigou a criação das estruturas internas dos estados dentro desta rede” (Tilly, 1996, p.133 *apud* Fiori, 2004, p.22).

¹⁵ Fiori sustenta que foi no “tabuleiro” da Europa, onde foram travadas às “guerras espanholas”¹, que se deu o “nascimento coletivo”¹¹ dos primeiros estados nacionais europeus: Portugal, no fim do século XIV, seguido da França, Inglaterra e Holanda. (2004, p.23,24).

¹ A origem das “guerras espanholas” foi resultado da tentativa de unificação imperial do continente europeu por parte do Império Habsburgo. (Fiori, 2004, p.24).

¹¹ Fiori afirma que nesse “nascimento coletivo” a Espanha – considerada nesse período mais um “império” do que um “estado nacional” – foi quem cumpriu o “papel decisivo” (2004, p.33).

¹⁶ “A Inglaterra enfrentou a Holanda, em 1652-1654; 1665-1667; 1672-1674, nas sucessivas guerras “anglo-holandesas” do século XVII; e depois, no século XVIII, entre 1782 e 1783. E manteve uma competição política e econômica com a França que se estendeu até as “guerras napoleônicas”, prolongando-se, depois, na competição colonial no século XIX” (Fiori, 2004, p.35).

“necessidade expansiva”¹⁷ para garantir-lhes sobrevivência e paz, procuraram conquistar “hegemonias regionais/mundial” e “impérios globais” através de associações com capitais privados. (Fiori, 2004, p.37,40).

Para a NEPSM, “a globalização capitalista foi, e será sempre, um movimento expansivo e uma resultante transitória do processo de competição entre as Grandes Potências e seus capitais financeiros, pela conquista de novos “territórios econômicos””. A competição entre Grandes Potências foi responsável pelo alargamento do espaço originário da economia-mundo europeia no século XVI, que culmina nos séculos XIX e XX com a ocupação dos espaços de todo o globo. “A globalização é o nome que se dá a este movimento contínuo, de alargamento do “território econômico” das potências ganhadoras do jogo das finanças e das guerras” (Fiori, 2004, p.45,46).

As Grandes Potências são os estados nacionais mais poderosos que lideraram durante os últimos 500 anos o “sistema europeu” e posteriormente o “sistema político mundial”. Fiori defende, ao contrário de alguns historiadores¹⁸, que em momento algum os estados destruíram ou substituíram definitivamente as outras formas de organização do poder territorial, sobretudo os impérios. Sustenta que os primeiros estados nacionais europeus expandiram seu “*imperium*” desde o momento do seu nascimento¹⁹, e por isso são melhores identificados como “meio estado - meio império”.

“[Os primeiros estados nacionais europeus] enquanto lutavam para impor seu poder e sua soberania interna, já estavam se expandindo para fora dos seus territórios e construindo seus domínios coloniais. Nesse sentido, o mais correto é dizer que o “império” ou a “vontade imperial” foi uma dimensão essencial dos primeiros estados nacionais europeus. Como resultado, desde o seu início, o novo sistema estatal europeu esteve sobre o controle compartilhado ou competitivo de um pequeno número de “estados/impérios” que se impuseram dentro da própria Europa, conquistando, anexando ou subordinando outras formas de poder local menos poderosas que os novos estados. Foi assim que nasceram as primeiras potências, um pequeno número de “estados/impérios” que se impuseram na sua região e se transformaram no “núcleo central” do sistema estatal europeu, o núcleo das Grandes Potências”. (Fiori, 2004, p.38,39)

¹⁷ Segundo Fiori, nem todos os estados nacionais possuíram tal ímpeto expansivo, como é o caso dos estados latino-americanos.

¹⁸ Fiori se refere particularmente a Paul Kennedy e a Immanuel Wallerstein, cuja tese é a de que “o estado nacional foi uma forma superior de organização do poder político que venceu e substituiu os grandes impérios, durante o século XVI e, portanto, para eles, os estados e os impérios são duas formas de poder político territorial excludentes” (2004, p.38).

¹⁹ “O primeiro passo foi dado por Portugal, em 1415, quando conquistou Ceuta, no norte da África. Menos de um século depois, em 1494, os europeus repartiram o mundo entre si, pela primeira vez, em Tordesilhas. Depois vieram os impérios marítimos asiáticos e a colonização americana, uma caminhada que nunca mais se interrompeu nos 500 anos seguintes, em que oito estados nacionais, com apenas 1,6% do território global (Portugal, Espanha, Holanda França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha e Itália) conquistaram ou submeteram quase todo o resto do mundo, construindo “territórios políticos” supranacionais que se somaram, de uma forma ou de outra, aos seus territórios originários, na forma de colônias, domínios, províncias de além mar, mandatos, protetorados etc.”. (Fiori, 2004, p.39)

O sistema estatal europeu fora elaborado durante a Guerra dos Trinta Anos²⁰ e consagrado pela Paz de Westfália em 1648. Meio século depois, a Grande Guerra do Norte²¹ (1700-1721) completou este sistema que viria a se transformar após um século no “núcleo dominante” do sistema político mundial. (Fiori, 2004, p.24).

Até a primeira metade do século XVIII, o sistema estatal europeu, restringiu-se aos estados europeus. O “núcleo central” deste sistema, formado pelas primeiras Potências, manteve-se sempre restrito e estável devido às “barreiras à entrada” de novos sócios, criadas e recriadas ao longo dos séculos pelas potências ganhadoras. Portugal, Espanha, França, Suécia, Holanda e Inglaterra foram os primeiros a compor o seletivo grupo das Grandes Potências. Na entrada do século XVIII, depois da decadência de Portugal, Espanha e Suécia, além da Polónia, o grupo restringiu-se à França, Inglaterra, Holanda e Rússia, Áustria, Prússia como novos integrantes²². Mas mesmo dentro deste novo seletivo grupo, Inglaterra e França se destacavam sobre os demais. Já no final do século XIX e início do século XX, além dos países que permaneceram no grupo das Grandes Potências, a Alemanha (unificada em 1871), os Estados Unidos e o Japão passaram simultaneamente a fazer parte deste seletivo grupo. (2004, p.39,47)

O problema da concentração do poder dentro do sistema mundial se ampliou a partir do início do século XIX com a criação dos estados nacionais fora da Europa, fruto de duas grandes “ondas de descolonização”²³. Estes novos estados que eram colônias dos estados das Grandes Potências transformaram-se, na sua maioria, em “quase-estados”, isto é, uma soberania política e econômica muito limitada. (idem)

Para as ex-colônias “o problema sempre foi à afirmação de suas novas soberanias, junto com a reivindicação de mobilidade política e econômica dentro do sistema mundial cada vez mais polarizado, e de um núcleo de poder central cada vez mais impermeável”. Já para as Grandes Potências o desafio passou a ser a “convivência política e econômica com estes novos atores internacionais”. Para o núcleo central “o problema sempre foi como manter a hierarquia e impedir o aparecimento de novas potências regionais que pudessem ameaçar sua supremacia histórica”. Apesar de ter existido poderes políticos e militares regionais, durante os últimos 500 anos, estes

²⁰ Considerada como a primeira guerra mundial européia, a Guerra dos Trinta Anos, de 1618 e 1648, se deu em território germânico e foi travada pelos exércitos de quase todos os grandes “núcleos imperiais” que venceram as guerras durante os séculos XIV e XV. (Fiori, 2004, p.24)

²¹ Segundo Fiori esta guerra foi responsável por trazer “a Rússia de Pedro ‘o Grande’, para dentro do mesmo velho “jogo das guerras” européias” (2004, p.24).

²² Tempos depois, a Holanda e a Áustria também entraram em decadência.

²³ “A primeira, entre 1776 e 1825, quando se independizam as colônias americanas, e a segunda, entre 1945 a 1975, quando as colônias européias da África e da Ásia se transformam em estados nacionais autônomos, processo que se completa, depois de 1991, com a decomposição da União Soviética. Entre 1945 e 1990, foram criados cerca de 100 novos estados e, portanto, a maior parte dos estados que compõe hoje o sistema estatal mundial foi criada depois da II Guerra Mundial e foram quase todas colônias das Grandes Potências européias”. (Fiori, 2004a, p.39,40)

nunca foram além da própria região e tão pouco ameaçaram a posição hegemônica do núcleo central do sistema (Fiori, 2004, p.47).

Na NEPSM a hegemonia representa “uma conquista, uma vitória do estado mais poderoso em determinado momento, e neste sentido se pode dizer que é apenas um “ponto possível” na curva ascendente dos “estados-impérios” que lutam pela conquista do poder global”. Somente os estados com vocação imperial, que travaram entre si relações competitivas nos campos político-militar e econômico, buscam perpetuamente o chamado “poder global”. Nessa luta pelo poder global, “nem sempre os principais atores da competição econômica foram os mesmos da competição político-militar, mas ambos conflitos conviveram com uma enorme complementaridade entre todos os estados envolvidos” (2004, p.11,39,53,54).

Nesta perspectiva, é o próprio ímpeto expansivo do *hegemon* em busca de mais poder que desestabiliza a sua própria hegemonia.

“A hegemonia mundial não interrompe o expansionismo, nem apazigua o *hegemon*, pelo contrário, é uma posição transitória que deve ser conquistada e mantida pela luta constante por mais poder, e neste sentido ela é autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* quer se desfazer de suas limitações para alcançar a conquista completa do poder global. Por isso, o *hegemon* se transforma num desestabilizador da sua própria hegemonia...”. (Fiori, 2004b, p.90,91)

Registra-se aqui o aparecimento de apenas dois casos de hegemonia mundial na história do sistema mundial: a Inglaterra durante o período que se estendeu de 1870 e 1900 e os Estados Unidos durante o período 1945 e 1973. (Fiori, 2004, p.54).

3. Economia Política dos Sistemas-Mundo e Nova Economia Política do Sistema Mundial: algumas divergências no campo teórico

Vejam agora algumas diferenças no campo teórico entre a EPSM e a NEPSM, particularmente ao que se refere à escolha da unidade espacial e temporal de análise; a dinâmica do sistema mundial; e, por fim, ao comportamento das hegemônias nesta dinâmica.

a) A unidade espacial e temporal de análise

Para a EPSM a unidade espacial privilegiada de observação da história desde fins do século XV é a economia-mundo européia em formação e expansão, que é também conhecida como sistema-mundo moderno ou sistema do capitalismo histórico, nos termos de Immanuel Wallerstein, ou simplesmente o capitalismo como sistema mundial de acumulação e governo, nos termos de Giovanni Arrighi.

Wallerstein nos conta “que chegou a explicação da economia-mundo ao procurar a unidade de medida mais extensa e que, por outro lado, se mantenha coerente” (Braudel, 1998, p.58). A coerência é a relação que se estabeleceu ao longo dos últimos séculos entre o sistema interestatal e o sistema capitalista mundial, tema ao qual voltaremos quando tratarmos da dinâmica sistêmica.

Após apresentar em linhas gerais o modelo da economia-mundo de Wallerstein e valida-lo, Fernand Braudel argumentou que além de dividir segundo o espaço também é fundamental uma unidade temporal de referência.

“Dividir segundo o espaço é indispensável. Mas é necessário também uma unidade temporal de referência. Pois, no espaço europeu, sucederam-se várias economias-mundo. Ou melhor, a economia-mundo européia mudou várias vezes de forma desde o século XIII, deslocou o seu centro, redefiniu as suas periferias. Então não deveremos perguntar-nos qual é, para uma dada economia-mundo, a unidade temporal de referência mais longa e que, a despeito da sua duração e das múltiplas alterações, conserva, ao longo do tempo, uma inegável coerência? De fato, sem coerência não há medida, quer se trate do espaço, ou do tempo”. (Braudel, 1998, p.58)

Braudel conferiu atenção especial ao “*trend* secular” com duração superior a um século, e aos ciclos de Kondratieff com duração de meio século. A questão maior para Braudel (1998, p.65) era saber o ciclo secular “registra, ou pelo menos esclarece, o destino longo das economias-mundo”. Wallerstein tempos depois passou a dar grande importância aos ciclos de Kondratieff em suas análises. Já Arrighi utilizou-se em sua obra maior “O longo século XX” dos ciclos sistêmicos de acumulação em detrimento dos ciclos seculares e dos ciclos de Kondratieff. Isto porque para este autor os ciclos sistêmicos referem-se a “fenômenos intrinsecamente capitalistas”. Eles “apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos” (1997, p.8)

Já para a NEPSM a unidade espacial privilegiada da análise histórica está no processo de formação e expansão dos primeiros estados nacionais europeus em fins do século XIV começo do século XV, e no momento, desde o século XVII, em que estes mesmos e outros estados nacionais já então formados decidem “nacionalizar” as atividades econômicas existentes no interior dos espaços de seus domínios políticos.

Parece não haver uma unidade temporal de referência nesta perspectiva, justamente por não existir, segundo Fiori, uma “explicação convincente” da periodicidade das guerras. Pois como vimos e ainda retornaremos a este tema, as guerras foram e continuam sendo a principal responsável pela dinâmica do sistema mundial na NEPSM.

b) A dinâmica do sistema mundial: o econômico e o político na evolução sistêmica

Voltamos à relação estabelecida entre o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal descrita pela EPSM, e a relação entre as forças político-econômicas entre os estados-economias nacionais descrita pela NEPSM.

Vimos que na perspectiva da EPSM o alargamento da economia-mundo européia se dá a partir da inter-relação entre o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal. Aqui o econômico parece prevalecer sobre o político na análise sistêmica, ao menos na análise de Wallerstein. Segundo ele, *“el vínculo básico entre las partes del sistema es económico, aunque esté reforzado en cierta medida por vínculos culturales y eventualmente (...) por arreglos político e incluso estructuras confederales”* (Wallerstein, 1999, p.21). Na origem do Moderno Sistema Mundial *“las estructuras políticas no contenían “economías”. Por el contrario, la “economía-mundo” contenía estructuras políticas, o estados”* (Wallerstein, 1987, p.16).

Para Wallerstein este novo sistema representa uma entidade econômica, ao contrário dos impérios²⁴ que são entidades políticas. Quando comparados a moderna economia-mundo européia nota-se que *“los impérios políticos son un medio primitivo de dominación económica”* (Wallerstein, 1999, p.23).

“El logro social del mundo moderno consiste en haber inventado la tecnología que hace posible incrementar el flujo de excedente desde los estratos inferiores a los superiores, de la periferia al centro, de la mayoría a la minoría, eliminando el despilfarro de una superestructura política excesivamente engorrosa”. (Wallerstein, 1999, p.22)

No lugar desta superestrutura política ineficiente uma nova estrutura com múltiplos sistemas políticos surgiu e se desenvolveu junto ao sistema capitalista mundial. Mais uma vez, a acumulação de capital, que é a essência do capitalismo, não se viabilizaria se os Estados não existissem, pois são eles que ajudam a lidar com as duas principais contradições do sistema.

A primeira contradição sistêmica *“é que os capitalistas de grande porte tanto precisam dos mercados livres como são arruinados por eles”*. Se por um lado os mercados livres permitem aos capitalistas comprar e vender segundo seus interesses e com isso gerar grandes lucros, por outro lado, os mercados verdadeiramente livres, com uma multiplicidade de compradores e vendedores, informação perfeita e ausência de conluios, forçariam os preços e os lucros a níveis mínimos. (Wallerstein, 2002, p.10,11)

²⁴ *“... un imperio es un mecanismo para recaudar tributos, lo que en la significativa imagen de Frederic Lane significa “pagos recibidos a cambio de protección, pero pagos que superan el costo necesario para producir tal protección””.* (Wallerstein, 1999, p.23)

Os Estados podem ajudar os capitalistas restringindo a liberdade do mercado, com a criação de monopólios ou quase-monopólios através principalmente do sistema de patentes. Os Estados, principalmente os mais fortes, também podem por meio de medidas protecionistas, como a concessão de subsídios, a elevação de tarifas e alíquotas restringir o acesso de seus mercados a produtores situados em outros mercados de outros Estados. É certo que alguns Estados se utilizam também da força política ou econômica por meio das estruturas interestatais, Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) entre outras, ou mesmo recorrem à força militar para impor seus interesses e de seus parceiros. (idem, p.11)

A segunda contradição sistêmica, de maior relevância, “é que os estratos capitalistas são levados tanto a cooperar quanto a lutar selvagememente um com o outro”. Se por um lado há interesses comuns, como a manutenção do sistema como tal e a redução ao máximo dos custos fundamentais de produção, remuneração de pessoal, custos de insumos e impostos, por outro, “o monopólio de um capitalista é sempre a ruína de outro”. (Wallerstein, 2002, p.12)

O sistema de Estados ajuda a lidar com esta contradição justamente por ser capaz de agrupar atividades monopólicas em alguns Estados, e atividades competitivas em outros Estados. É essa configuração que permite às classes capitalistas usar o sistema interestatal na busca de seus objetivos. (idem, p.12,13)

“[As classes capitalistas] podem usar sua influência nos Estados fortes, especialmente se for seu Estado de origem, para restringir a ação de outras máquinas estatais que firam seus interesses. E podem restringir ações desse tipo de suas próprias máquinas estatais, acionando, ou ameaçando acionar, os grupos no poder em outras máquinas estatais”. (Wallerstein, 2002, p.13)

O estreito vínculo histórico entre o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal, no esquema proposto por Arrighi, revela que “a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficia a acumulação capitalista de capital. Se ela o fará ou não, depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência”. Caso a competição entre os Estados assumam a forma de intensos e prolongados conflitos armados, a lucratividade das empresas pode ser seriamente afetada.

Arrighi propõe para o estudo da natureza evolutiva do moderno sistema mundial, não enfatizar apenas a ligação histórica entre a concorrência interestatal e interempresarial, como parece proceder Wallerstein, mas também especificar a forma que essa concorrência assume e se modifica no correr da história, pois só assim é possível analisar a dinâmica do sistema mundial e o papel desempenhado pelas sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema. (1997, p.33)

Na perspectiva da NEPSM “o sistema é movido em conjunto, por duas forças político-econômicas contraditórias (...) por um lado, existe uma tendência que aponta na direção de um império ou estado universal, mas por outro, existe uma “contra-tendência” que aponta para o fortalecimento dos blocos de capital e poder nacional” (Fiori, 2004, p.56). A contradição fundamental do sistema é que ao mesmo tempo em que as forças político-econômicas (os estados-economias nacionais) objetivam o monopólio, as barreiras à entrada ou a destruição do concorrente ou adversário, também não têm como enriquecer se seus competidores empobrecerem de forma absoluta, assim como não podem aumentar seus poderes se seus concorrentes desaparecerem.

Desta forma, a própria potência vencedora vê-se obrigada a promover o desenvolvimento econômico e militar de seus concorrentes e adversários, alimentando “a contra-tendência “nacionalizante” dos demais estados que bloqueiam sua marcha em direção ao poder global, e ao império mundial”. Em síntese, “não há possibilidade lógica de que uma potência ganhadora possa seguir acumulando poder e riqueza sem contar com novos competidores e adversários, econômicos e militares”. (Fiori, 2004, p.37,58).

Assim, a dinâmica do sistema mundial na NEPSM se dá primordialmente pelas ações das potências expansivas. As guerras promovidas pelos estados-impérios são consideradas o “motor” ou “núcleo atômico” deste sistema.

“Em cada grande período histórico ou século existiu um grande conflito central, uma guerra duradoura que foi o núcleo atômico do sistema. Essa grande guerra ou bipolaridade, por sua vez, delimitou uma espécie de “espaço tempo geoestratégico”, que acaba envolvendo e hierarquizando todos os demais conflitos, e, como consequência, todos os demais territórios. Parece existir relação estreita entre o dinamismo econômico interno desses territórios e seu grau de proximidade com relação ao conflito central”. (Fiori, 2001a, p.58)

Como instrumento preferencial de acumulação e centralização do poder político, as guerras fazem predominar o político sobre o econômico na análise da dinâmica do sistema na NEPSM (Fiori, 2001b). Aqui, como vimos, é o poder político na figura dos Estados nacionais conflitantes quem promoveu a formação das economias nacionais e o alargamento do espaço original da economia-mundo européia. “Desde o século XVI, a polarização da riqueza e do poder mundial esteve por trás da competição entre os Estados e de quase todas as suas grandes guerras”. Nesta perspectiva as forças econômicas do capitalismo parecem ter menor relevância na expansão sistêmica. (Fiori, 2001, p.69).

c) Hegemonias no sistema mundial

Como vimos não há consenso mesmo no campo da EPSM quanto ao papel atribuído às hegemonias na evolução sistêmica. Enquanto no esquema proposto por Wallerstein a alteração do poder de uma nação não trouxe qualquer modificação ao funcionamento do sistema mundial, para Arrighi “o sistema mundial moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos” (1997, p.30,31). Nesta perspectiva, à formação e expansão do sistema mundial moderno não seguiu uma trajetória única, estabelecida há quatrocentos ou quinhentos anos, mas passou por reorganizações sistêmicas lideradas por sucessivas potências hegemônicas que conduziram o sistema para novas direções.

Esta concepção é uma crítica direta atribuída por Arrighi ao modelo de ciclo hegemônico proposto por Wallerstein. Neste modelo, “a relação básica entre os Estados e o capital permaneceu a mesma durante toda a história capitalista” (Arrighi e Silver, 2001, p.18). A formação de determinados complexos de órgãos governamentais e empresariais e suas ações aparecem cumprindo “um roteiro ditado por propriedades de nível sistêmico”. O modelo de ciclo hegemônico proposto por Arrighi

“revelou que a ascensão das nações hegemônicas no mundo moderno não foi um mero reflexo de propriedades sistêmicas. As propriedades sistêmicas agem, de fato, como forças coercitivas e ordenadoras na escolha dos Estados que se tornam hegemônicos. Mas, em todos os casos, a hegemonia também implicou uma reorganização fundamental do sistema e uma mudança de suas propriedades”. (Arrighi e Silver, 2001, p.35)

Esta crítica também pode ser também dirigida a NEPSM, que postula a tese de que na “história global dos estados e economias nacionais, não se consegue identificar estados que sejam portadores de algum projeto revolucionário de reorganização do Sistema Mundial” (Fiori, 2004, p.57).

Observamos que a NEPSM não recorre à noção de ciclo hegemônico nas suas explicações da ascensão e declínio de poder dos “estados-impérios”. Os Estados nacionais e os impérios não são formas excludentes do poder político no sistema mundial. Nesta concepção, os primeiros Estados nacionais europeus assim como os demais Estados que posteriormente fizeram parte do núcleo central do sistema mundial, são vistos como meio-estado meio-império por nascerem com ímpeto expansivo. Estes estados-impérios travaram entre si relações de conflito no campo político-militar e relações competitivas no campo econômico. O resultado destas disputas ao longo da história do sistema mundial foi à conquista de hegemonias regionais, mundial e a conquista do poder global.

Na NEPSM a questão da legitimidade do poder parece não ter grande relevância para a conquista e manutenção do poder hegemônico. A hegemonia regional ou mundial representa uma conquista temporária por parte de um determinado estado-império em luta perpetua pelo poder global. As disputas se deram nas arenas político-militar e econômica, e nem sempre os atores envolvidos nas disputas político-militares foram os mesmos que disputaram na arena econômica, e sempre houve certa complementaridade entre os atores envolvidos. E, ao contrário da EPSM, afirma que houve apenas dois casos de hegemonia, a Inglaterra e os Estados Unidos, não concebendo à Holanda o caráter de nação hegemônica.

Na EPSM não cabe a noção de estados-impérios no seio do sistema interestatal. Na perspectiva de Wallerstein os Estados nacionais foram e são as unidades básicas da política mundial deste sistema, e o que se passou ao longo de sua história foram apenas três tentativas frustradas por parte de alguns Estados nacionais em transformá-lo num império-mundial. E foi do esforço de barrar tais aventuras que surgiram as potências hegemônicas, fruto de longos períodos de expansão competitiva que acabou por concentrar poder econômico e político nos Estados holandês, britânico e norte-americano.

Na perspectiva de Arrighi o sistema interestatal fora instituído pela liderança das Províncias Unidas, que não era um Estado nacional, mas uma organização semi-soberana, que ainda lutava pela condição jurídica de Estado. Só depois do Tratado de Westfália é que os Estados nacionais tornam-se as unidades políticas básicas do sistema eurocêntrico. No século XIX, o Reino Unido considerado uma organização imperial, passa a dominar o sistema em escala global, e no século XX, Estados Unidos e URSS, Estados com dimensões continentais, tornam o Estado nacional típico europeu “pequeno demais” para competir nos campos da indústria e das armas. (Arrighi e Silver, 2001, p.47)

4. Breves considerações

Ao longo deste artigo procuramos inicialmente apresentar as perspectivas teóricas dos campos da EPSM, nas visões de Wallerstein e Arrighi, e da NEPSM formulada por Fiori. Posteriormente passamos a indicar o que nos parecem ser as principais divergências entre estas perspectivas. Algumas questões surgiram quando confrontamos tais perspectivas. As mais evidentes foram àquelas relativas: ao espaço e ao tempo na análise da mudança social passada e presente; ao movimento evolutivo do sistema mundial, seus aspectos econômicos e políticos; e aos distintos papéis atribuídos às hegemonias nesta dinâmica. Tratemos aqui apenas da questão espacial e temporal apropriada para a análise histórica.

Vimos que é da inter-relação entre o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal que a EPSM procura explicar o funcionamento do atual sistema histórico, rompendo com as análises que procuram dar conta da mudança social restringindo-se ao espaço nacional, como se este em âmbito econômico não estivesse inserido nas cadeias mercantis de produção e circulação da riqueza do sistema capitalista mundial, e em âmbito político desarticulado da esfera maior do sistema interestatal, que há muito restringe a atuação dos Estados, sobretudo dos Estados semiperiféricos e periféricos – os quais se situam todos os Estados do continente latino-americano assim como tantos outros Estados menores dos demais continentes.

Por privilegiar o espaço dos estados-economias nacionais não estará a NEPSM minimizando as relações, sobretudo econômicas, existentes entre estas unidades territoriais? Além disto, não é verdade que a falta, como a princípio nos parece, de uma unidade de referência temporal na perspectiva da NEPSM representa um obstáculo à observação dos rumos do vir a ser humano? Como escreveu Braudel, “há uns cinquenta anos as ciências humanas descobriram uma verdade, ou seja, que toda a vida dos homens flutua, oscila, ao sabor de movimentos periódicos, infinitamente repetitivos” (1998, p.59).

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro : Contraponto, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J (Orgs). Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial. Rio de Janeiro : Contraponto ; Editora da UFRJ, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilization and Capitalism, Fifteenth-Eighteenth century, v.2, The Perspective of the World. Nova York: Harper and Row, 1984.*
- BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: O Tempo do Mundo. São Paulo : Martins Fontes, 1998.
- FIORI, José Luís. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J.L. & MEDEIROS, Carlos (Orgs). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis : Vozes, 2001.
- FIORI, José Luís. Depois da retomada da hegemonia. In: FIORI, J.L. & MEDEIROS, Carlos (Orgs). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis : Vozes, 2001b.
- FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J.L. (Org.). O Poder Americano. Petrópolis : Vozes, 2004.
- FIORI, José Luís. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J.L. (Org.). O Poder Americano. Petrópolis : Vozes, 2004b.

- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison Notebooks*. Nova York : International Publishers, 1971.
- GROSS, Leo. *The Peace of Westphalia, 1648-1948*. In : R.A.Falk e W.H.Hanrieder (Org.). *International Law and Organization*. Filadélfia : Lippincott, 1968.
- TILLY, C. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Edusp, São Paulo, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Politics of World-Economy: The States, the Movements, and the Civilizations*. Cambridge University Press, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *La crisis como transición*. In: AMIM, S., ARRIGHI, G., FRANK, A.G., WALLERSTEIN, I. *Dinámica de la crisis global*. México : Siglo veintiuno, 1987.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las Ciencias Sociales: límites de los paradigmas decimonónicos*. México : Siglo veintiuno, 1998.
- WALLESRTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema Mundial : La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México : Siglo veintiuno, 9.ed, 1999.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro : Revan, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis : Vozes, 2002b.